Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni - Maio de 2018

A RELAÇÃO HOMEM - NATUREZA NO VALE DO MUCURI: por uma ética ambiental

[*]Janaina Mendonça Pereira; [**]Alcilene Lopes de Amorim Andrade; [***]Bruno Balarini

Resumo

Partindo do pressuposto de que a natureza é fonte de vida dos seres humanos e demais seres vivos, a relação homem - natureza deveria ser harmoniosa e com princípios de sustentabilidade. Este trabalho objetiva abordar princípios da relação do homem com os recursos naturais, numa dimensão ética, trazendo elementos das atuais e perspectivas futuras para o vale do Mucuri, que vive um paradoxo ambiental e social quanto ao uso e ocupação do solo. A relação entre as sociedades humanas e a natureza sob a ótica de Marx e Engels, demonstra que a economia de base capitalista é danosa aos recursos naturais, sendo que o ecossocialismo possui como perspectiva o resgate da harmonia entre o homem e os recursos naturais. De acordo com as abordagens teóricas que fundamentam a ética ambiental, a relação do homem com a natureza pode ser dividida em dois grandes grupos: antropocentrismo e eco centrismo. Enquanto no antropocentrismo o homem entende o mundo baseado em seus interesses, e a natureza possui valor instrumental, o ecocentrismo traz uma ética que atribui à natureza um valor próprio, tentando superar o paradigma antropocêntrico. O vale do Mucuri está localizado integralmente no bioma Mata Atlântica, e nas últimas décadas, sofre fortes pressões por desmatamentos, incêndios florestais e degradação dos recursos hídricos. Essa região vive um paradoxo ambiental e social tornando necessário enfrentamento em nível territorial, com políticas públicas adaptadas às particularidades regionais, bem como mudança na relação dos indivíduos com os recursos naturais, que culmine em atitudes sustentáveis, dentro da ética ambiental.

Palavras-chave: Homem, Natureza, Ética Ambiental. Vale do Mucuri.

Resumo

Partindo do pressuposto de que a natureza é fonte de vida dos seres humanos e demais seres vivos, a relação homem - natureza deveria ser

[*] Analista Ambiental do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais e docente do curso de Agronomia da FUPAC Teófilo Otoni – janaina.pereira@meioambiente.ng.gov.br

[**] Graduada em Pedagogia e Psicologia, Pós-graduada em Psicologia Clínica e Didática e Metodologia do Ensino, Mestre em Educação, docente dos cursos de Psicologia, Pedagogia, Direito, Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo FUPAC – e-mail: alcileneaguia@hotmail.com

[***] Graduado em Geografia e Meio Ambiente, Especialista em Direito Urbanístico e Ambiental, docente dos cursos de Engenharia Civil, Agronomia e Arquitetura e Urbanismo FUPAC – e-mail: brunobalarini@yahoo.com.br

harmoniosa e com princípios de sustentabilidade. Este trabalho objetiva abordar princípios da relação do homem com os recursos naturais, numa dimensão ética, trazendo elementos das atuais e perspectivas futuras para o vale do Mucuri, que vive um paradoxo ambiental e social quanto ao uso e ocupação do solo. A relação entre as sociedades humanas e a natureza sob a ótica de Marx e Engels, demonstra que a economia de base capitalista é danosa aos recursos naturais, sendo que o ecossocialismo possui como perspectiva o resgate da harmonia entre o homem e os recursos naturais. De acordo com as abordagens teóricas que fundamentam a ética ambiental, a relação do homem com a natureza pode ser dividida em dois grandes grupos: antropocentrismo e eco centrismo. Enquanto no antropocentrismo o homem entende o mundo baseado em seus interesses, e a natureza possui valor instrumental, o ecocentrismo traz uma ética que atribui à natureza um valor próprio, tentando superar o paradigma antropocêntrico. O vale do Mucuri está localizado integralmente no bioma Mata Atlântica, e nas últimas décadas, sofre fortes pressões por desmatamentos, incêndios florestais e degradação dos recursos hídricos. Essa região vive um paradoxo ambiental e social tornando necessário enfrentamento em nível territorial, com políticas públicas adaptadas às particularidades regionais, bem como mudança na relação dos indivíduos com os recursos naturais, que culmine em atitudes sustentáveis, dentro da ética ambiental.

Palavras-chave: Homem, Natureza, Ética Ambiental. Vale do Mucuri.

1 Introdução

Nos últimos dias a questão ambiental tem atingido particular destaque frente aos problemas associados à degradação dos recursos naturais. Um dos principais exemplos, constantemente divulgados em mídia, é a crise hídrica, vivenciada por vários municípios do sudeste brasileiro, as queimadas e incêndios florestais que assolam áreas preservadas, trazendo prejuízos consideráveis à biodiversidade e o grande desastre ambiental ocorrido na mineração em Mariana, que destruiu grande parte da Bacia do Rio Doce.

Esses e outros problemas, em diferentes escalas e regiões brasileiras, despertam discussões nos mais diversos âmbitos e que levam a reflexões sobre a conflituosa relação do homem com os recursos naturais.

A natureza é a fonte da vida dos seres humanos e dos demais seres vivos, de modo que o homem retira dela a matéria prima para suprir suas necessidades, bem como para suas atividades produtivas. Nesse sentido, essa relação não deveria ser, necessariamente, harmoniosa e com princípios de sustentabilidade, para que tanto as gerações atuais e futuras possam usufruir das benesses dos recursos naturais e de seus serviços ambientais?

A partir do exposto o presente trabalho tem como objetivo principal abordar princípios da relação do homem com os recursos naturais, sob a ótica da ética, trazendo elementos da atualidade e perspectivas futuras, bem como aplicar a questão para o vale do Mucuri, que vive um paradoxo ambiental e social quanto ao uso e ocupação do solo na região.

Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, descritiva quanto aos fins, considerada qualitativa quanto à abordagem do problema, revisando publicações científicas no período de 2009 a 2014.

2 A relação homem e natureza: do distanciamento desses elementos à proposta do ecossocialismo.

O homem é originalmente um ser natural como os demais seres vivos, mas para dar seus primeiros passos para a construção de si mesmo, rompe com o padrão de intercâmbio imediato e instintivo estabelecido com a natureza. Nesse processo histórico, o homem pôde se comportar como um ser ético, enquanto a relação do animal com a natureza é via instinto; para o homem, um ser social, são construídas mediações cada vez mais articuladas, ampliando seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo. Como precisa da natureza para se manter vivo, não deixa de se relacionar com ela e segue moldando sua natureza social. Um salto ontológico caracteriza o momento da diferenciação do ser social diante da natureza orgânica e inorgânica, dando início ao processo de autoconstrução como ser específico, que se diferencia dos animais pelas mediações estabelecidas, respondendo as carências e necessidades de forma consciente, racional, projetiva,

transformando os sentidos de forma livre e criativa (BARROSO,2004).

Löwy (2014), apresenta a relação entre as sociedades humanas e a natureza sob a ótica de Marx e Engels, demonstrando como a economia de base capitalista é danosa aos recursos naturais, trazendo uma proposta de ecossocialismo como perspectiva de resgate da harmonia entre o homem e os recursos naturais. O autor aborda o naturalismo patente de Marx, que tem como visão o ser humano como um ser natural e portanto inseparável de seu ambiente, uma vez que a vida psíquica e intelectual do homem está indissoluvelmente ligada à natureza, que é o seu corpo não orgânico.

De outra parte, Engels mostra a crítica desse autor (Karl Marx) quanto à atividade humana predatória sobre o meio ambiente. No texto "O papel do trabalho na transformação do macaco em homem" (1876, ENGELS) Engels aborda as atividades humanas impactantes que geraram a destruição das florestas e dos recursos hídricos e alertou sobre as consequências do distanciamento do homem sobre a natureza e sobre sua dominação impensada.

Rolla (2010), trata a relação entre o ser humano e a natureza através das principais perspectivas teóricas que fundamentam a ética ambiental, sendo que as teorias sobre a relação do homem com a natureza podem ser divididas em dois grandes grupos: antropocentrismo e ecocentrismo. Enquanto no antropocentrismo o homem entende o mundo baseado em seus interesses, e portanto a natureza possui valor instrumental, o ecocentrismo traz uma nova ética, que atribui à natureza um valor próprio, na tentativa de superar o paradigma antropocêntrico. O autor traz, após a caracterização desses dois grandes grupos, uma análise sobre o personalismo ecologista.

O personalismo ecologista possui semelhanças com o antropocentrismo, visto que também considera que a natureza tem um valor instrumental, e coloca o homem acima dos outros seres por sua capacidade de produzir cultura e de exercer liberdade, se afastando dos instintos. Já a diferença entre o ecologismo personalista e o antropocentrismo está no entendimento do ser humano como guardião da

natureza, de modo que reconhece a sua dependência da natureza, e sua responsabilidade no cuidado para com esta.

Para o ecologismo personalista os recursos naturais devem ser utilizados de tal forma que colabore para o bem comum, e esse compromisso do indivíduo com a sociedade e consequentemente com o meio ambiente é um ponto de aproximação com a teoria ecocêntrica. Por fim, a relação entre homem e natureza receberá diferentes exigências éticas conforme a resposta que damos à pergunta: quem é o homem? Posteriormente, pode-se questionar: o que é natureza (para o homem)? E como o homem deve agir em relação à natureza? Conforme as respostas tem-se a teoria antropocêntrica ou ecocêntrica.

Entendendo o homem como parte da natureza e dependente dela, seja através de uma visão utilitária ou não, e considerando sua capacidade intelectual e sociabilidade, as relações estabelecidas com os recursos naturais ao longo da história trouxeram impactos negativos e consequências danosas ao homem e à natureza. Grande parte desse processo tem raiz no distanciamento do homem com a natureza, que na prática nunca ocorreu, já que existe uma dependência material do primeiro, mas quanto aos princípios éticos e morais, principalmente no que tange a casualidade das ações humanas.

A obra de Löwy (2014) aponta nos textos de Marx e Engels uma teoria sobre a ruptura do metabolismo entre as sociedades humanas e a natureza, como resultado do produtivismo capitalista. Os exemplos citados na obra de Marx concentram-se na agricultura e no problema da devastação de solos; e sobre a destruição das florestas, problemas que continuam com as mesmas causas e com consequências cada vez piores, já que a escassez hídrica e a extinção de espécies estão diretamente associadas a esses processos degradantes da natureza.

O ato de pensar uma ecologia crítica à altura dos desafios contemporâneos é impossibilitada sem considerar a crítica marxiana da economia política, o questionamento da lógica destrutiva induzida pela acumulação ilimitada de capital; já que uma ecologia que ignora ou negligencia o marxismo e sua crítica do fetichismo da mercadoria será

apenas uma correção dos “excessos” do produtivismo capitalista.

Por outro lado, a questão ecológica é o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no século XXI, exigindo uma ruptura radical com a ideologia de progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna, tornando-o compatível com a conservação do equilíbrio ecológico do planeta (LÖWY, 2014).

Santanella (2012) corrobora com a origem da crise socioambiental ser pautada pelo modo de produção capitalista na sua ânsia infinita por aumentar a mais-valia e consequentemente o lucro, bem como o nível qualitativo e quantitativo do consumo. Para o autor a mais-valia cresce também aumentando o nível de exploração dos recursos naturais disponíveis, sendo que a exploração desses recursos e dos trabalhadores indefinidamente é a base do capitalismo, de modo que a resposta à crise ecológica deve ser também de cunho social.

Como alertado por Ganem (2010), o planeta vive uma crise de biodiversidade, caracterizada pela perda acelerada de espécies e de ecossistemas inteiros. Essa crise agrava-se com a intensificação do desmatamento nos ecossistemas tropicais, onde se concentra a maior parte da biodiversidade, sendo preocupante o fato dessa crise ser silenciosa e muitas vezes ignorada. Deste modo, a conservação da biodiversidade é uma necessidade, tendo em vista a sua importância para o fornecimento de serviços ecossistêmicos e para o desenvolvimento econômico, social e cultural da humanidade.

Mediante análise dos passivos ambientais das atividades antrópicas, tais como o crescimento da poluição do ar e água, desertificação, degradação dos biomas, emissão de gases do efeito estufa, produção e acúmulo de resíduos, disseminação de doenças e males associados, entre outros, todos os sinais de alerta estão no vermelho. E não se trata de ceder ao catastrofismo constatar que a dinâmica do desenvolvimento a todo custo e do “crescimento” infinito induzido pela expansão capitalista ameaça destruir as bases ecológicas da vida no planeta. A questão é como reagir a isso?

Um bom começo é o questionamento sobre a autonomização da economia, do reino da quantificação, da produção como objeto de si mesmo, a ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens de rentabilidade e as necessidades de acumulação do capital. As contradições examinadas por Marx entre as forças e as relações de produção, e entre as forças produtivas e as condições de produção: os trabalhadores, o espaço urbano, a natureza (LÖWY, 2014).

O enfrentamento da crise ecológica em geral passa por uma mudança radical e estrutural dos fundamentos do sistema capitalista, com uma transformação não apenas das relações de produção, mas também das forças produtivas. Em resumo trata-se de uma mudança nos paradigmas da civilização e da transição para uma nova sociedade, onde a produção seja democraticamente planejada pela sociedade. O ecossocialismo vem ao encontro dessa proposta, tratando-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica e que se apropria dos conhecimentos do socialismo apartado dos resíduos produtivistas, sendo que nesse sistema o foco é a satisfação das necessidades humanas democraticamente definidas e a gestão racional coletiva das trocas de matérias com o meio ambiente. Nessa sociedade há a exigência da propriedade coletiva dos meios de produção, de um planejamento democrático da produção e dos investimentos, e do estabelecimento de uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas.

Essa caminhada não está isenta de conflitos entre as exigências da proteção ambiental e as necessidades sociais, entre os princípios ecológicos e as necessidades de desenvolvimento, especialmente dos países pobres. Mas ficará a cargo da democracia socialista, libertas dos imperativos do capital e do mercado resolver essas contradições (LÖWY, 2014).

Embora padrões tradicionais de uso dos recursos possam ser sustentáveis, a dinâmica que envolve pobreza e desigualdade, densidade populacional elevada, crescente dependência da economia de mercado, subsídios perversos, políticas governamentais e novas tecnologias tem

alterado dramaticamente o relacionamento homem-natureza. A conservação é um compromisso social que inclui as ações de indivíduos e que se dissemina por meio das atividades de grupos e da sociedade como um todo. À medida que os ecossistemas deterioram-se e um crescente número de espécies caminha para o limiar da extinção, os esforços devem ser direcionados para a promoção de ações que nós, como indivíduos e como membros da sociedade, podemos realizar para proteger as espécies e os processos ecológicos que as mantêm (GALINDO- LEAL, et al, 2005).

Nesse sentido, cumpre a refletir a perspectiva ética para uso e ocupação do solo no Vale do Mucuri.

3 O Vale do Mucuri e o paradoxo social e ambiental: perspectivas éticas para o uso e ocupação do solo na região

A bacia do rio Mucuri, com uma população de mais de 340.000 habitantes, está situada dentro do conjunto de bacias hidrográficas denominadas Bacias do Leste. Possui uma área de drenagem de 15.271 km^2, sendo que 94,7% pertence ao território mineiro, abrangendo total ou parcialmente 18 municípios, sendo 16 em Minas Gerais e 2 na Bahia (IBGE, 2010; IGAM, 2010).

O vale do Mucuri está localizado integralmente no bioma Mata Atlântica e nas últimas décadas tem sofrido fortes pressões por desmatamentos, incêndios florestais e degradação dos recursos hídricos. A sociedade está vivenciando problemas de escassez hídrica em várias regiões (FELIPPE et al, 2009; RAFAEL, 2012; SEMAD, 2014; IEF,2014).

O desmatamento na região da bacia iniciou com a atividade madeireira e a abertura da ferrovia em 1889. A intensificação deste processo ocorreu na primeira metade do século 20, com o início da criação extensiva de gado, e no final da década de 40, com a construção da BR 116, favorecendo o êxodo rural e ocupação irregular de morros e encostas (BAUR ET AL, 2013).

Um estudo realizado por Felippe et al., (2009) sobre o desmatamento

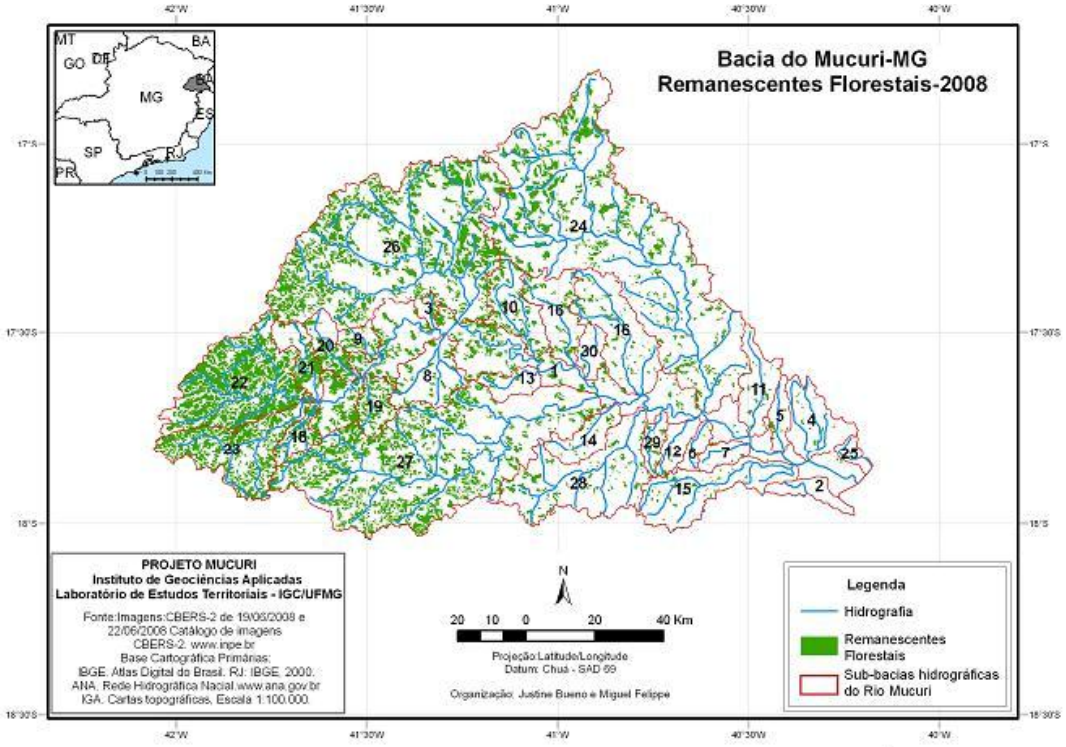
da bacia do rio Mucuri aponta que os processos de retirada da vegetação continuam ocorrendo nessa região. A prática do fogo também tem sido intensificada como meio de limpeza das áreas, pela baixa demanda por mão de obra e custos menores, o que tem gerado um colapso nos processos ecológicos.

No que se refere ao uso e ocupação do solo, a área da bacia é caracterizada por uma economia focada na agropecuária. A população da bacia na área rural é de 46,62%. A pecuária apresenta especialização na bovinocultura de corte com grande nível de concentração espacial, ou seja, produção baseada em grandes propriedades na porção leste da bacia. A grande maioria de produtores rurais é da agricultura familiar concentrada nas porções oeste e noroeste da bacia, com pouco acesso a técnicas e ao crédito para financiamento de sua produção (GODINHO et al., 2011).

A concentração de terras no vale do Mucuri é uma realidade que se mantém após séculos de dominação, com comunidades da agricultura familiar relegadas às áreas que não são de interesse dos fazendeiros, geralmente as propriedades se encontram em declividades maiores, menos férteis e que apresentam maior dificuldade para o cultivo. Esse paradoxo social é reflexo do uso e ocupação do solo da bacia e tem relação direta com a degradação dos recursos naturais (GEPAF, 2010).

O Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PDTRS) do Território do Mucuri de 2010 demonstra que nas porções oeste e noroeste da bacia, notadamente ocupadas pelas famílias agricultoras, apresentam maior cobertura florestal. Já na região leste da bacia é observado um cenário desolador, marcado por monoculturas de cana e pastagens, forte concentração de terra e renda, poucas comunidades rurais e elevado índice de desmatamentos, o que reflete um paradoxo ambiental (GEPAF, 2010), conforme FIG. 1.

Figura 1: Remanescentes florestais da bacia do rio Mucuri



Mapa 1: Bacia do Mucuri-MG: Remanescentes Florestais – 2008.[2]

Fonte: Felippe et al., (2009)

Os paradoxos social e ambiental apresentados acima configuram na região um conflito florestal, sustentado pela lei e decreto da mata atlântica. Essas normas jurídicas trazem como limitações o corte, a exploração e a supressão da vegetação primária e secundária de mata atlântica em estágios médio e avançado, exigindo nos casos permitidos, a autorização do órgão ambiental competente (BRASIL, 2006 ; BRASIL,2008).

Como as regiões noroeste e oeste da bacia, ocupadas em sua maioria por pequenos produtores rurais, encontram-se ocupadas por fragmentos florestais que se caracterizam pelas restrições de uso e ocupação acima mencionadas pela legislação, pesa sobre esses

produtores a responsabilidade e a obrigação de conservar os recursos naturais. Por outro lado existe a demanda iminente desses produtores rurais por abertura de novas áreas para manutenção e expansão produtiva, o que os leva muitas vezes a realização de procedimentos proibidos por lei ou sem a devida autorização do órgão ambiental competente, acarretando em multas e impedimentos jurídicos.

O ciclo vicioso do empobrecimento rural nessa região é completo quando os produtores rurais não acessam ao crédito e as técnicas para aproveitamento das áreas já alteradas, gerando ainda mais degradação ambiental. Por outro lado na porção com intenso uso e ocupação do solo, no baixo Mucuri, os grandes e médios produtores rurais continuam sua atividade produtiva sem grandes restrições, por não possuir mais cobertura florestal, com grande acesso ao crédito e a políticas públicas, e contribuindo para a crescente concentração espacial e de renda.

Não se pode, contudo, manter uma visão diretamente proporcional de que nas áreas já bastantes utilizadas nas porções do médio e baixo Mucuri, de que por haver mais produtores rurais com médias e grandes propriedades, há concentração de renda, mas sim de riqueza dado o valor das terras daquela região se comparadas com terras na região da cabeceira da bacia.

Observando-se o mercado imobiliário, sabe-se que grandes e tradicionais fazendas da região estão sendo vendidas ou foram fragmentadas entre seus herdeiros que nem sempre possuem proximidade com a lida rural.

Considerando que a porção alta da bacia apresenta características ambientais sensíveis, já que nessa região estão às áreas de maior declividade e de recarga hídrica, as nascentes dos principais afluentes da bacia do rio Mucuri e os principais remanescentes florestais, abrigando importantes espécies da fauna e flora, é iminente a demanda por ações de conservação ambiental nessa região. Indo ao encontro dessa realidade em 2011 foi decretado a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual do Alto do Mucuri, que tem por objetivos:

proteger e recuperar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas; proteger os solos, a fauna e a flora e promover a recuperação das áreas degradadas e a conectividade entre fragmentos florestais; promover atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental desejável para a região (MINAS GERAIS, 2011).

Mas apesar da criação dessa unidade de conservação o conflito florestal não diminuiu e com as ações de fiscalização recorrentes na área muitos produtores rurais foram multados (SEMAD, 2014), e os processos de degradação ambiental e empobrecimento rural não foram resolvidos. Ainda há relatos de episódios de secas e exaustões hídricas, com grandes vedações legais para o uso das áreas, levando inclusive, ao abandono de áreas por seus proprietários.

A partir do exposto sobre a crise atual dos recursos naturais e da necessidade de respostas frente aos problemas advindos dela, no que tange ao vale do Mucuri, torna-se necessário um enfrentamento em nível territorial, com políticas públicas adaptadas as características e particularidades regionais, bem como uma mudança na relação dos indivíduos com os recursos naturais, que reflita em atitudes sustentáveis, dentro da ética ambiental.

Quanto às políticas públicas florestais e de proteção à biodiversidade em Minas Gerais e que poderiam ser aplicadas no sentido de prevenir, mitigar e compensar os impactos ambientais no vale do rio Mucuri estão: criação de unidades de conservação, efetivação de instrumentos de pagamento por serviços ambientais, conservação e recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal, compensação e servidão florestal e fomento a práticas produtivas sustentáveis, como os sistemas agroflorestais. (MINAS GERAIS, 2013)

A ética ambiental está preocupada com a conduta dos indivíduos responsáveis com respeito aos recursos naturais. Quanto aos procedimentos com o ambiente natural, o ser humano é chamado a agir, refletir, alterar cursos de ação ou até mesmo interromper algumas ações. Em outras palavras, responder moralmente por suas ações, surgindo questões como por que a ética ambiental e por que

agora?

O planeta Terra tão danificado, saqueado e poluído não poderá suportar, por muito tempo, a dilapidação do seu patrimônio natural. Os assuntos de ética ambiental são atuais, vivos e fortes, eles envolvem escolhas morais de grande importância sobre o que pode e deve ser feito. A responsabilidade moral do homem para com a natureza e para com o futuro é de uma urgência sem precedente, é uma responsabilidade da qual não se pode escapar. Nas mãos da humanidade repousa o destino do meio ambiente natural, das espécies que partilham o planeta e das gerações que estão por vir (SILVA, 2003).

Portanto a problemática ambiental impõe à humanidade uma busca de novas formas de pensar e agir, individual e coletivamente, acerca de caminhos e modelos de produção de bens, para suprir necessidades humanas, e de relações sociais que não perpetuem tantas desigualdades e exclusão social, promovendo a sustentabilidade ecológica. Nesse processo ganha destaque a educação ambiental, que deve contribuir para a construção de um consenso social, repensando as ideologias de consumo atuais e adotando um novo comportamento em prol do ambiente. Há que se efetivar também uma profunda alteração sobre os tradicionais processos de produção e trabalho na economia capitalista. Para tanto, a ética dos problemas ambientais precisa ser assimétrica, assumindo a causa em favor das partes fracas ou ainda inexistentes, como é o caso das gerações futuras (WOLKMER & PAULITSCH, 2011)

O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em iniciativas voltadas para a sustentabilidade. Nela, o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e limitantes, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva territorial permite a formulação de uma propostas que leva em

consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais, e que contempla a integração produtiva e o aproveitamento das potencialidades desses recursos como meios que possibilitam a cooperação e corresponsabilidade ampla de diversos atores sociais.

O que fica como assunto ético é a necessidade de não tentar dividir os grandes dos pequenos, os favorecidos dos não favorecidos, os ricos dos pobres, os acudidos dos esquecidos, mas sim manifestar o caráter meramente humano das relações, apartando os aspectos econômicos para permitir que os aspectos humanos se aproximem.

Ainda nessa direção, é possível afirmar o surgimento de um ambiente de governança territorial a partir dos problemas ambientais que vêm romper com conceitos de administração pública, fundamentalmente quanto aos limites territoriais dos municípios. Agora, surgem apenas os limites da bacia hidrográfica, onde todos os municípios, indistintamente, padecem dos mesmos desafios, impondo a premente necessidade do fazer, do unir para vencer.

No Vale do Mucuri, dado ao seu longo histórico de pobreza, as vezes real, as vezes impulsionado por discursos medíocres; há um profundo aspecto ético que foge do antropocentrismo e do ecocentrismo e também do produtivismo. Esse aspecto ético é o “serventismo”.

O “serventismo”, termo criado neste bojo, visa elucidar que nem sempre a conduta humana está baseada na busca do capital ou na reflexão do centro da natureza, mas na mera ausência de parâmetros humanos que fazem, muitas vezes, que humanos se sirvam da natureza para atendimento mínimo de suas necessidades, como comer, beber, vestir e se abrigar.

Servir-se do meio e de suas estruturas ambientais, tais quais, ar, água, solo, fauna e flora, coloca o homem implícito como nova estrutura ambiental, outrora capaz de danificar o meio e hoje como ser capaz de reverter o cenário da bacia hidrográfica. Portanto, muito distante das tentativas de se impor conceitos pré-existentes para rotular as ações humanas na bacia hidrográfica do Rio Mucuri, surge o terreno

extremamente fértil para se semear a ética do agir, do não julgar, mas apenas de se perceber como mais um cidadão, antes servido pela natureza e agora com a chance de servi-la para dela continuar sua jornada, fixando famílias e construindo sonhos.

Destarte, essa região, já há anos rotulada de pobre, como dito, revela que apesar dos grandes desafios a serem enfrentados, fica evidente que a sociedade organizada na mesma direção conquista o que precisa para melhorar a qualidade de vida de todos, desmontando o padrão político-administrativo atual, fomentando um novo espaço para a implantação da ética pela união e governança de todos.

Trata- se, portanto, de uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: a geração de riquezas com equidade; a justiça e inclusão social; e o equilíbrio ambiental, bases do desenvolvimento sustentável (GEPAF, 2010).

5 Considerações finais

A relação entre o Homem e a natureza se demonstra conflituosa desde que a sociedade se distanciou dos recursos naturais e passou a entendê-los para além do suprimento de suas necessidades e das gerações futuras, explorando suas capacidades e ultrapassando seus limites, em uma lógica de lucro a todo custo. As consequências negativas das ações antrópicas sobre o meio ambiente tem se apresentado com frequência cada vez maior, gerando crises, como a escassez hídrica, a extinção da biodiversidade, o esgotamento do solo, as mudanças climáticas, entre outras.

Na contramão desse processo, a ética ambiental ganha particular importância no que tange a reflexão sobre a conduta responsável dos indivíduos com respeito aos recursos naturais, abarcando novas formas de pensar e agir, individual e coletivamente, que apontem para caminhos e modelos de consumo e produção de bens que supram as necessidades humanas atuais e futuras, sem deixar grandes passivos ambientais.

Para o vale do Mucuri marcado pelo paradoxo social e ambiental, políticas socioambientais devem ser criadas e executadas no intuito de garantir a conservação dos recursos naturais, bem como permitir que a população dessa bacia sobreviva com dignidade, através da promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto podem ser destacadas ações de promoção e fortalecimento da educação, fomento às práticas produtivas sustentáveis, conservação e recuperação de áreas de preservação permanente e outras de importância para a biodiversidade.

Referências

BARROCO, M.L. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2009. 2 ed. 245 p.

BAUR, Mariana Tameirão. Técnicas de contenção de voçorocas na Zona Sul da cidade de Teófilo Otoni-MG. Teófilo Otoni: UFVJM, 2014. 71p. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia. Universidade Federal dos vales do Jequitinhonha e Mucuri. Teófilo Otoni, 2014.

Brasil. LEI Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm. Acesso em 15 Dez 2014.

Brasil. DECRETO Nº 6.660, de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6660.htm. Acesso em 15 Dez 2014.

ENGELS F. (1876). Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. Publicado pela primeira vez em 1896 em Neue Zelt. Retirado em 10/12/2005 http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/otrabalhonatransformacaodomacacoemhome.ht m

FELIPPE, M. F.; BUENO, J., COSTA, A. Desmatamento na Bacia do Rio Mucuri (MG, Brasil) no período de 1989 a 2008: uso de imagens Cbers e Landsat na espacialização dos remanescentes florestais. IN: XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2009, Natal. INPE, p. 2713-2720.

GALINDO-LEAL, C.; JACOBSEN, T.; LANGHAMMER, P. OLIVIERI, S., Estado dos hotspots: a dinâmica da perda de biodiversidade. In: Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas. Belo Horizonte: Conservação Internacional,
2005. p. 12-23.

GANEN, R. S. (Org.). Conservação da Biodiversidade: legislação e políticas públicas. Brasília: Edições Câmara, 2010. 437 p.

GEPAF- Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar. Atualização do plano de desenvolvimento territorial rural sustentável: território da cidadania Vale do Mucuri-MG. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-reitoria de Extensão. – Teófilo Otoni: UFVJM, 2010. 120 p.

GODINHO, A. L. F. (Org.) Expedição Mucuri. Belo Horizonte: Movimento Pró-rio de Todos os santos e Mucuri. 2011. 416p.

LÖWY, M. O que é ecossocialismo. São Paulo: Cortez, 2009. 2 ed. 128 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. Censo Demográfico, 2010.

IEF, Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. Operação apreende animais silvestres no Nordeste de Minas. 2014. Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/1890--operacao-apreende-animais-silvestres-no- nordeste-de-minas. Acesso em: 28 nov. 2014

IGAM. Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Bacia Hidrográfica do rio Mucuri.
Disponível em http://www.igam.mg.gov.br.Acesso em: 0 9abr. 2014.

MINAS GERAIS. LEI 20.922, de 17 de outubro de 2013. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=20922&comp=&ano=2013&texto=original.

MINAS GERAIS. DECRETO 45877 de 30 de dezembro de 2011. Fica criada como Área de Proteção Ambiental – APA – do Alto do Mucuri a área situada nos Municípios de Caraí, Catuji, Itaipé, Ladainha, Novo Cruzeiro, Malacacheta, Poté e Teófilo Otoni. Disponível em: http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:2011-12
30;45877. Acesso em 05 de jan 2016.

RAFAEL, J.M. Santa Clara: ecos da ocupação do Vale do Mucuri. Vila Velha: Opção editora, 2012. 167 p.

SEMAD, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável. Boletim de incêndios florestais em Unidades de Conservação. 2014.Disponível em: http://www.meioambiente.mg.gov.br/boletim-incendios-ucs Acesso em: 28 nov. 2014

ROLLA, F.G. Ética Ambiental: principais perspectivas teóricas e a relação Homem-natureza. Porto Alegre: PUC RS. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2010.

SEMAD, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável. Operação investiga desmatamentos irregulares no nordeste do Estado. 2014. Disponível em: http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/2186-operacao-investiga-desmatamentos-irregulares-no-nordeste-do-estado. Acesso em: 28 nov. 2014

SILVA, O. R. - Ética ambiental. Ecologia: princípios para uma civilização sustentável.
Núcleo de Desenvolvimento Local (NUDEL). Editora 10. 2003.

WOLKMER, M.F.S. PAULITSCH, N.S. Ética ambiental e crise ecológica: reflexões necessárias em busca da sustentabilidade. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.8 n.16. 2011. p.211-233.